



**UEPB**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ROGÉRIO DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E A BASE NACIONAL CURRICULAR: REFLEXÕES  
SOBRE OS LIMITES DOS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM

**GUARABIRA - PB**

**2020**

ROGÉRIO DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E A BASE NACIONAL CURRICULAR: REFLEXÕES  
SOBRE OS LIMITES DOS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. A Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante.

**GUARABIRA-PB**

**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G963a Guimaraes, Rogério de Albuquerque.  
Avaliação classificatória e a base nacional curricular  
[manuscrito] : reflexões sobre os limites dos instrumentos de  
verificação e mensuração da aprendizagem / Rogério de  
Albuquerque Guimaraes. - 2020.  
25 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades , 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Rita de Cássia da Rocha  
Cavalcante , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."  
1. Avaliação da aprendizagem. 2. Ensino Aprendizagem.  
3. Prática Pedagógica. I. Título

21. ed. CDD 372.4

ROGÉRIO DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

**AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E A BASE NACIONAL CURRICULAR: REFLEXÕES  
SOBRE OS LIMITES DOS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 03/12/2020.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. A Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Me. Alba Lúcia Nunes Gomes da Costa  
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)



---

Profa. Me. Livia Maria Serafim Duarte  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe, Roseana Bento de Albuquerque por todo amor, cuidado e zelo. Por ser minha maior incentivadora e nunca ter deixado a mim nada faltar. Por quem luto. Às minhas queridas Ana Bento de Albuquerque (*In Memoriam*) e Maria de Lourdes Bento de Albuquerque(*In Memoriam*), por todo amor e ensinamentos que me concederam, DEDICO.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. AVALIAÇÃO: FUNÇÕES E MODALIDADES</b>                             | <b>9</b>  |
| <b>2.1. AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E O RENDIMENTO DO ALUNO</b>          | <b>11</b> |
| <b>2.2 A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA NO COTIDIANO ESCOLAR</b> | <b>12</b> |
| <b>2.3 POSSIBILIDADES AVALIATIVA FRENTE À APRENDIZAGEM DO ALUNO</b>    | <b>15</b> |
| <b>3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS RUMOS AVALIATIVOS</b>      | <b>17</b> |
| <b>3.1. A BNCC E A PRÁTICA AVALIATIVA NO ATUAL CENÁRIO</b>             | <b>18</b> |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>21</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>22</b> |
| <b>APÊNDICE</b>  | <b>25</b> |
| <b>ANEXOS</b>  | <b>26</b> |

**TÍTULO:** AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E A BASE NACIONAL CURRICULAR: REFLETINDO SOBRE OS LIMITES DOS INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DA APRENDIZAGEM

**TÍTULO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:** CLASSIFICATORY EVALUATION AND A NATIONAL CURRICULAR BASE: REFLECTING ON THE LIMITS OF LEARNING VERIFICATION AND MEASUREMENT INSTRUMENTS

GUIMARÃES, Rogério de Albuquerque

([rogerio.guimaraes@aluno.uepb.edu.br](mailto:rogerio.guimaraes@aluno.uepb.edu.br))

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a questão da avaliação classificatória como instrumento de verificação e mensuração da aprendizagem escolar frente a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parte de um trabalho anteriormente realizado em 2018, no componente curricular “Pesquisa em Educação II” que fora apresentado na VII Semana de Humanidades (2019) no GT-11 (formação dos profissionais da educação), tendo incorporado alterações ao texto original, numa perspectiva reflexiva. Inicialmente buscou-se refletir sobre a prática de professoras da educação básica a partir da avaliação classificatória e das disposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) frente ao atual cenário. Para isso procuramos discutir a prática da avaliação classificatória presente no cotidiano dos docentes da educação básica; apontar os limites da avaliação classificatória realizada nas escolas de educação básica; identificar propostas e práticas voltadas à superação da avaliação classificatória; abordar concepções e práticas avaliativas que consideram a importância da aprendizagem do aluno na escola e focar as disposições e orientações presentes na BNCC para avaliação da aprendizagem escolar. Entendendo que, avaliar não é uma tarefa fácil, requer uma série de cuidados e bom senso para não cometer equívocos e muito menos classificar alguém por um método que não leva em consideração o aluno como um todo. A pesquisa de caráter qualitativo centrada no método de estudo de caso, realizada no município de Alagoinha-PB contou com a participação de cinco professoras que lecionam do 1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano do ensino fundamental I. Para elaboração teórica consideramos as produções de Haydt (1997), Libâneo (1994) e Luckesi (1994), o texto da BNCC (2018) e outros. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário com oito perguntas subjetivas. Quanto à avaliação os resultados indicam que o método classificatório não é aceito de forma tranquila pelas professoras, pois essas profissionais percebem os limites dessa prática (não permite ver o aluno de forma integral e plena, o aluno submetido a uma situação de teste pode não se expressar por escrito por diversos motivos, dentre eles, a apreensão e o nervosismo, entre outros). Contudo, a organização da escola através da burocracia escolar pode levar os professores a se valerem da avaliação classificatória, mesmo não aceitando como instrumento válido para verificação do aprendizado do aluno. Diante disso, procuramos na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, orientações que nos possibilitem a crítica e a reflexão propositiva no sentido de tentar superar os limites da referida prática pedagógica instituídas nas escolas de educação básica.

**Palavras-Chaves:** Avaliação da aprendizagem. Ensino Aprendizagem. Prática Pedagógica.

## ABSTRACT

This article addresses the question of classificatory evaluation as a tool for verification and measurement of school learning against the new National Common Curricular Base (BNCC), part of a work previously carried out in 2018, in the curricular component "Research in Education II" that was presented at the VII Humanities Week (2019) in GT-11 (training education professionals), incorporating changes to the original text, in a reflective perspective. Initially, we sought to investigate the teachers' understanding of the classificatory assessment in the teaching-learning process. Understanding that, evaluating is not an easy task, it requires a series of care and common sense in order not to make mistakes, much less classify someone by a method that does not consider the student as a whole. The qualitative research focused on the case study method, carried out in the municipality of Alagoinha-PB with the participation of five teachers who teach from 1<sup>o</sup> to 5<sup>o</sup> year of elementary school I. To consider the theoretical elaboration Haydt productions (1997), Libâneo (1994) and Luckesi (1994), the text of the BNCC (2018) and others. The research instrument used was a questionnaire with eight subjective questions. Regarding the evaluation, the results indicate that the classificatory method is not accepted in a calm way by the teachers, because these professionals perceive the limits of this practice (it does not allow the student to be seen in a full and complete way, the student submitted to a test situation may not be express in writing for several reasons, including apprehension and nervousness, among others). However, the organization of the school through the school bureaucracy can lead teachers to make use of the classificatory assessment, even though they do not accept it as a valid instrument for verifying the student's learning. In view of this, we sought in the elaboration of the National Common Curricular Base, guidelines that enable us to criticize and propose reflection in the sense of trying to overcome the limits of the referred pedagogical practice instituted in basic education schools.

**Keywords:** Learning assessment. Teaching Learning. Practice Pedagogical.

## 1. INTRODUÇÃO

Na prática docente a avaliação da aprendizagem vem ocupando lugar de destaque. Sabemos que para obter um diagnóstico preciso, que venha nortear a práxis pedagógica do professor, é necessário que ele tenha conhecimento do nível da sala de aula, através de momentos de avaliação, porém o que é mais comum na realidade escolar, são avaliações como mero instrumento de classificação dos alunos, com finalidade de obtenção de uma nota. No documento oficial, o diário de classe, o aluno será classificado como alguém que sabe ou não sobre algo que o professor ensinou em sala de aula. Nesse contexto, a palavra avaliação assume conotação exclusivamente negativa, passando a ser vista pelo aluno .

No cotidiano da sala de aula venho observando e identificando alguns tipos de comportamento entre os alunos no período das avaliações. Dentre os sintomas visíveis estão aqueles ligados ao aumento da ansiedade, sendo os mais comuns: mãos frias e o bloqueio do conhecimento durante a aplicação da atividade. Frente a essa situação questionamos: o que leva os alunos a apresentarem tais comportamentos, o que pensam e falam os professores sobre o processo de avaliação em seu cotidiano? O que a teoria pedagógica dispõe sobre avaliação, sobretudo na perspectiva crítica? E a Nova Base Nacional Comum Curricular o que prescreve e recomenda sobre avaliação? Desta forma, a nossa questão central é a seguinte: Seria possível frente a essa problemática encontrar luzes nos referenciais teóricos capazes de fomentar reflexões e propostas voltadas à superação da avaliação classificatória?

De acordo com Libâneo (1994), a prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas.

Diante disso, cumpre informar que a origem desse artigo vem da minha prática avaliativa enquanto docente da educação básica, em escola do meio rural. Para tanto, realizei uma pesquisa onde foi utilizado um formulário formado por questões abertas com cinco colegas professoras do ensino fundamental I sobre avaliação classificatória em seu cotidiano docente.

Buscamos refletir sobre a prática de professoras da educação básica a partir da avaliação classificatória e das disposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) frente ao atual cenário. Para isso procuramos discutir a prática da avaliação classificatória presente no cotidiano dos docentes da educação básica; apontar os limites da avaliação classificatória realizada nas escolas de educação básica; identificar propostas e práticas voltadas à superação da avaliação classificatória; abordar concepções e práticas avaliativas que consideram a importância da aprendizagem do aluno na escola e focar as disposições e orientações presentes na BNCC para avaliação da aprendizagem escolar.

Em termos de estrutura esse artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente apresentaremos alguns conceitos de avaliação, suas funções e modalidades, posteriormente trataremos da influência da avaliação classificatória e o rendimento do aluno, e logo em seguida discutiremos a prática da avaliação classificatória no cotidiano escolar, e abordaremos as possibilidades avaliativas frente a aprendizagem do aluno, com enfoque nas disposições trazidas do livro didático e BNCC quanto a temática investigada, e por fim apresentamos nossas considerações finais.

## 2. AVALIAÇÃO: FUNÇÕES E MODALIDADES

Segundo Libâneo (1994, p. 195) “A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas”. No mesmo sentido, Vasconcellos (1998) nos afirma que, a avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão

sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores. Considerando essa perspectiva pensamos que nos momentos de avaliação conhecemos mais sobre o aluno em termos de dificuldades e conquistas, e a partir deles podemos redirecionar a nossa prática no sentido de promovermos o desenvolvimento dos alunos. Desta forma, a avaliação possibilita tomadas de decisões futuras quanto ao aprendizado e a prática docente.

Na atualidade a avaliação vem apresentando três funções são elas: diagnóstica, formativa e somativa. Vale ressaltar que para ser diagnóstica “a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”. (LUCKESI, 2005, p.81).

A avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades.

No estudo realizado por Duarte (2015, p.56) a partir de Sant’Anna (1995) tratando sobre a prática avaliativa do professor são destacados alguns pontos para que se processe a avaliação formativa, sendo assim devem ser observados:

- Seleção dos objetivos e conteúdos distribuídos em pequenas unidades de ensino. O objetivos para que se engaje no processo.
- Formulação de objetivos com vista à avaliação em termos de comportamento observáveis, estabelecendo critérios de tempo, qualidade e quantidade.
- Elaboração de um quadro ou um esquema teórico que permita a identificação das áreas de maiores dificuldades.
- Correção de erros e insuficiências para reforço de comportamentos bem sucedidos e eliminação de desacertos, assegurando o bom andamento do ensino-aprendizagem.
- Seleção adequada de alternativas terapêuticas para ajudar o aluno a se recuperar de alguma insuficiência no processo ensino-aprendizagem.

Durante o processo de ensino é importante a realização da avaliação formativa, pois é através dela que o professor se aproxima da realidade dos alunos, do que está sendo aprendido, percebendo melhor o docente pode decidir suas ações articuladas nos objetivos propostos.

De acordo com Bonesi e Souza (2006, p. 135), citando Méndez (2002, p.19) a avaliação necessita de uma maior concentração na “[...] forma como o aluno aprende, sem descuidar da qualidade do que aprende”. A avaliação somativa com função classificatória é realizada ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro.

Nos escritos de Duarte (2015, p. 57) citando Zabala (1998, p. 200) encontramos que:

A avaliação somativa ou integradora é entendida como um informe global do processo que, a partir do conhecimento inicial (...), manifesta a trajetória seguida pelo aluno, as medidas específicas que foram tomadas, o resultado final de todo o processo e, especialmente, a partir deste conhecimento, as previsões sobre o que é necessário continuar fazendo ou o que é necessário fazer de novo.

Contudo, os resultados, caso sejam insatisfatórios, apontam que tanto o planejamento do professor como sua prática precisam ser revistos e nesse contexto, detectar onde há fatores que impedem os alunos de obterem uma aprendizagem adequada ao seu nível. E por aprendizagem entendemos como uma etapa aliada ao ensino que neste tem a figura do professor

como o principal mediador e orientador, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2003, p. 118)

Cabe destacar que, é através da avaliação em suas modalidades diagnóstica, formativa e somativa que se conhece o nível do sujeito, acompanhando o seu desenvolvimento e permitindo direcionar de forma mais consciente a prática docente.

Diante das colocações dos autores nos perguntamos como podemos lançar um olhar voltado ao desenvolvimento de uma prática que atinja a todos? Como nós educadores lidamos com a avaliação em sala de aula? Levando em consideração esses questionamentos, procuramos apresentar como de fato o docente e o aluno se comportam durante a avaliação da aprendizagem.

## 2.1. AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA E O RENDIMENTO DO ALUNO

O entendimento de avaliação para uma das professoras entrevistadas ficou explícito que é um momento de verificar o desenvolvimento do aluno, duas responderam que é avaliar o aprendizado do aluno e outras duas disseram que avaliar é para identificar e observar o nível de aprendizagem do aluno. Levando em consideração essas afirmações, vimos que todas têm uma consciência do que seja e para que serve a avaliação.

De acordo com Libâneo (1994, p. 195):

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Contudo, avaliações para o cumprimento de exigências, de forma classificatória atribuindo notas, fazendo deste os únicos objetivos pode ser uma prática corrente na escola, isto porque “A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa”. (*Idem, ibidem*, 1994, p. 195).

Há diversos fatores que fazem do procedimento avaliativo uma constante ameaça, excesso de cobranças e expectativas durante a vida escolar do aluno. Temos de um lado a própria escola com interesse nos índices satisfatórios, os pais com o desejo de avanço de série por parte dos filhos e os professores que utilizam desse procedimento para ameaçar os alunos e assim por todo o ano letivo para a atmosfera de expectativas, em que o aluno é visto e pressionado por todos os lados.

Para Luckesi (1994, p. 18):

O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade, os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes.

Nesse âmbito, o que menos importa para os alunos é se ele está, de fato, aprendendo e obtendo um conhecimento que o ajudará a crescer tanto como sujeito social quanto como futuro profissional. A preocupação desde o início das aulas é sobre como o professor fará para dar as notas, quais são seus critérios, e ao final do ano letivo, não importa de qual maneira, mas esteja com a pontuação exigida pelo sistema para o seu avanço de série.

Nesse contexto, Luckesi afirma que:

Os alunos têm sua atenção centrada na promoção. Ao iniciar um ano letivo, de imediato, estão interessados em saber como se dará o processo de promoção no final do período escolar. Procuram saber as normas e os modos pelos quais as notas serão obtidas e manipuladas em função da promoção de uma série para a outra. (*Idem, ibidem*, 1994, p. 18).

Não diferentemente dos filhos, os pais também estão voltados para a promoção dos filhos, com cobranças que em sua totalidade são voltadas apenas para as notas e não para o aprendizado. O dever de se inteirar do desenvolvimento dos filhos na escola, dá lugar à preocupação com as notas e não importa como elas são obtidas, mas que sejam satisfatórias.

Os pais das crianças e dos jovens, em geral, estão na expectativa das notas dos seus filhos. O importante é que tenham notas para serem aprovados. [...] os professores vão à reunião para entregar os boletins aos pais e conversar com eles sobre as crianças que estão “com problemas”. Tais problemas, na maior parte das vezes, se referem às baixas notas de aproveitamento. Os pais, cujos filhos apresentam notas significativas, não sentem necessidade de conversar com os professores dos seus filhos [...] (*Idem, ibidem*, 1994, p.19).

Diante disso, nos perguntamos: será que os pais ou responsáveis só necessitam conversar com os professores e consultá-los caso os seus filhos estejam com resultados insatisfatórios? Porque o que vemos corriqueiramente são os pais ou responsáveis dando mais importância a uma aprovação sem haver a aprendizagem necessária, para suprir apenas uma satisfação pessoal, seja a qual custo ocorra. Muitas das vezes os pais que têm os filhos com baixo rendimento se ausentam da escola e suas presenças nas reuniões são escassas, pois para eles aquela reunião só servirá para apontar as falhas, baixos rendimentos e maus comportamentos dos seus filhos.

Dessa forma, os pais não compreendem a importância do acompanhamento e do incentivo aos filhos para que haja um melhor desempenho dos mesmos, firmando a parceria com o professor que poderá compartilhar as dificuldades e progressos dos alunos com os seus responsáveis.

## **2.2 A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA NO COTIDIANO ESCOLAR**

A realidade das salas de aula atualmente é um tanto preocupante no que tange a questão de comportamento, disciplina, compromisso e respeito. Em sala, o professor ocupa a maior parte do seu tempo, tentando disciplinar a turma. Ao passar uma atividade e não ver um resultado satisfatório por parte do aluno devido a essas questões, é bem possível que alguns professores possam desejar uma punição por esses momentos estressantes em sala de aula.

É nesse momento que acontece um grande equívoco, pois o professor se portando desta forma não estará atingindo os objetivos propostos no seu planejamento, visando tão somente um desejo de castigar o aluno pelo seu comportamento. “Nestas circunstâncias, o professor exclui o seu papel de docente, isto é, o de assegurar as condições e meios pedagógico-didáticos para que os alunos sejam estimulados e aprendam sem necessidade de intimidação”. (LIBÂNEO, 1994, p. 199)

Quanto à utilização da avaliação classificatória ser utilizada como forma de punição e controle de turma foi constatado que das cinco respondentes, três afirmaram que sim e dessas três, duas complementam a resposta dizendo que de forma unilateral, só envolve o aluno e não o trabalho do professor, e uma afirmou que há ameaças em muitos casos. As outras duas apenas

responderam que não veem a avaliação ou nunca utilizaram dela como punição e/ou controle de turma. Sobre essa questão, corroboramos com Luckesi (1994), quando afirma que os professores elaboram suas provas para “provar” os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem; por vezes, ou até em muitos casos, elaboram provas para “reprovar” seus alunos.

Diante disso nos questionamos: não será uma ação contrária no que se refere ao momento de avaliação, o professor ao invés de utilizá-la para um melhor procedimento com seus alunos, procurando obter melhores resultados de aprendizagem a utiliza como um trunfo nas mangas, de forma vertical e impondo medo? De acordo com Haydt (1997, p.27):

A avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno para maior esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura ou punição. Nesse sentido, a avaliação desempenha uma função energizante, à medida que serve de incentivo ao estudo. Mas complementando essa função, a avaliação desempenha, também, outra: a de feedback ou retroalimentação, pois permite que o aluno conheça seus erros e acertos.

Pensamos que quando o aluno compreende o sentido da avaliação, ele terá o entendimento de que os períodos de avaliações são necessários e importantes, que estes momentos não se objetiva a sua reprovação, tão pouco devem ser punitivos, servindo a avaliação para amedrontá-los, mas que são os principais momentos em que eles terão a consciência de como estão, tendo clareza de suas falhas, através da visualização de seus erros, seus equívocos e logo o que poderá ser realizado para mudar a situação de forma positiva.

Em relação a isso, Aquino e Cavalcanti (2009,p. 226) cita Demo (2004, p. 24), afirmando que a “função precípua do professor é cuidar da aprendizagem do aluno, com afinco, dedicação, continuidade e persistência”. Acreditamos que com esses cuidados do professor os alunos compreenderão e poderão mudar sua visão sobre os momentos avaliativos, tendo como fazer a avaliação da sua aprendizagem.

Defendemos que para haver um sentido na realização da avaliação da aprendizagem, é preciso provocar no professor um olhar reflexivo que acarretará mudanças significativas no cenário da prática educacional, em que o aluno será beneficiado com a interação decorrente do que ele traz consigo. O chamado conhecimento prévio é o caminho a percorrer para alcançar a conquista de novos aprendizados, sendo respeitados os seus limites e dificuldades são importantes para que os alunos não sejam os protagonistas de um possível fracasso escolar.

Neste momento entra em cena o professor que tem o desejo de colaborar com o aluno, permitindo que ele reflita sobre o que dificulta sua aprendizagem, juntos buscando soluções para que ocorra de fato, uma aprendizagem concreta. Segundo Barbosa (2008, p.03):

Por sua vez, um professor que deseja ser um profissional competente, responsável e seguro de sua prática docente, que orienta as atividades de aprendizagem dos alunos colaborando com eles na construção/reconstrução do conhecimento, tenderá a encarar a avaliação como um processo orientador e interativo, como uma forma diagnóstica dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente.

No entanto, vale ressaltar que para que ocorra esse conhecimento é necessário que o aluno tenha em mãos suas avaliações com as devidas correções e comentários, o quanto mais rápido, melhor, pois servirá de incentivo para progredir nos estudos. A autora tem o seguinte questionamento a esse respeito:

Um aspecto fundamental para que a avaliação cumpra sua função energizante é que o aluno conheça os resultados de sua própria aprendizagem, isto é, que logo ao término

de uma prova saiba quais foram seus acertos e erros. Quanto mais imediato for esse conhecimento, mais o incentivará a estudar, a corrigir as falhas e a continuar progredindo. HAYDT (1997, p. 27)

Ocorre que, no trabalho com o conteúdo pode haver a prática do favorecimento ou desfavorecimento, em que o professor anuncia premiações em forma de notas, e punições também, utilizando-se dessa alternativa que não condiz com um desenvolvimento favorável da turma. Nessa maneira de realizar a avaliação da aprendizagem, que remonta ao início da história da educação brasileira, quando os jesuítas faziam uso de repetições, com exercícios em que o aluno era considerado como um ser que recebe as informações sem ter o direito de opinar ou fazer questionamentos, configurando-se como prática do ensino tradicional, em que punições e premiações são marcas constantes dependendo do desempenho do aluno.

Convém destacar, conforme Libâneo (1994, p. 64) que:

Os objetivos, explícitos ou implícitos, referem-se à formação de um aluno ideal, desvinculado da sua realidade concreta. O professor tende a encaixar os alunos num modelo idealizado de homem que nada tem a ver com a vida presente e futura. A matéria de ensino é tratada isoladamente, isto é, desvinculada dos interesses dos alunos e dos problemas reais da sociedade e da vida.

Neste âmbito a avaliação escolar deixa de ser um instrumento voltado para o acompanhamento e investigação da aprendizagem do aluno e uma possível reflexão da prática do professor, passando a ocupar um campo de instrumento disciplinador social dos alunos. “A utilização das provas como ameaça aos alunos, por si, não tem nada a ver com o significado dos conteúdos escolares, mas sim com o disciplinamento social dos educandos, sob a égide do medo.” (LUCKESI, 1994, p. 21-22).

Em sua totalidade as professoras afirmaram que esse momento avaliativo pode não representar o aluno, pois algumas vezes há colas no momento de avaliação e a aplicação do instrumento avaliativo não permite considerar o aluno como um todo.

Além disso, no que se refere sobre como os professores observam o comportamento dos alunos diante do momento de avaliação, para as professoras respondentes, os alunos não apresentam um comportamento favorável ao momento. Segundo elas, a apreensão, o nervosismo e a ansiedade tomam conta dos alunos, causando prejuízos nos mesmos, esquecendo o que sabem/estudaram, e o medo de errar que impede muitas das vezes alcançar os melhores resultados.

Também foi questionado se a avaliação classificatória deixa alguma marca positiva no aluno. E das respondentes, foi apontada que não há marca positiva no aluno, por quatro professoras e uma acredita que sim, pois incumbe ao aluno de estudar para obter bons resultados.

Nesse aspecto afirma Luckesi (1994, p.23) que, as provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou do sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado [...]

Nos parece que outro fator que determina a limitação da avaliação escolar são as diferenças entre o que foi ensinado e o que está sendo cobrado nas avaliações, ficando por vezes, bem claro que há uma resistência por parte do professor em conceder uma nota de bom grado a alunos que não fazem por onde recebê-las, e naquele momento tem o domínio da situação, por meio da nota que eles obterão, sendo assim uma forma de castigá-los pelos transtornos gerados em sala de aula. Conforme aponta Luckesi:

A avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com uma tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de

independência da relação professor-aluno.[...] Mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques do professor. As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. (*Idem, ibidem*, 1994, p. 23)

É preciso que o professor antes de submeter uma turma a um momento avaliativo, tenha em mente o que deseja avaliar, não permitindo que esse momento aconteça sem ter um objetivo traçado de onde quer chegar. De acordo com Haydt:

Isso permite ao professor/ selecionar os procedimentos de ensino mais eficazes e as experiências de aprendizagem a serem vivenciadas pelos alunos, bem como determinar o conteúdo da avaliação e construir os instrumentos mais adequados para avaliar o que pretende. HAYDT (1997, p. 33)

Observando as respostas das professoras que participaram dessa pesquisa, percebemos que há uma alusão negativa quando se refere a esse instrumento de avaliação. É classificado por duas como cumprimento da burocracia, outras duas disseram que serve para verificar o conhecimento e aprendizagem do aluno e uma defende ser um momento de inclusão e exclusão do aluno. Entendido como inclusão quando o aluno que tem uma maior facilidade de reproduzir o conteúdo selecionado para a avaliação, mesmo sem haver aprendido e obtém um maior resultado do que aquele que tem uma dificuldade em decorar os conteúdos selecionados.

De acordo com Comis (2006, p. 138) “o ensino tradicional centra-se na figura do professor. O aluno é passivo, um mero receptor de conteúdos e sua tarefa é decorá-los por meio de exercícios repetitivos, interrogações do professor e provas.”

Quando a avaliação não é pensada, planejada e voltada à concretização efetiva da aprendizagem, está ferindo um dos princípios do “Art. 3º, inciso II da Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que é a liberdade de aprender”. Desta forma, o aluno é privado tanto de aprender, quanto de tomar conhecimento do que precisa melhorar.

### **2.3 POSSIBILIDADES AVALIATIVA FRENTE À APRENDIZAGEM DO ALUNO**

A avaliação tendo objetivo de auxiliar o aluno no seu desenvolvimento escolar e ao professor de rever suas práticas pedagógicas, na esfera de diagnóstico, coloca o docente a par de toda situação a qual o aluno se encontra no processo educativo, permitindo-o partir do que ele já conhece e prosseguir conforme suas condições frente aos objetivos propostos, num movimento em que a exclusão ocasionada pelo processo de seleção dê lugar a inclusão desse aluno e seu conhecimento na construção do seu aprendizado. De acordo com Luckesi (2005, p. 173):

A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão). O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfação daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Mostrar um significado e que este seja acompanhado com segurança, linguagem adequada e dando sentido ao que o aluno irá aprender, utilizando-se dos seus conhecimentos prévios e experiência de vida, faz com que os resultados avaliativos sejam mais satisfatórios, desde uma atividade em sala ou até mesmo na resolução de problemáticas do cotidiano apresentadas como forma de avaliar. Continuando, o autor afirma que:

De um lado, a avaliação da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, na sua integração consigo mesmo, ajudando-o na apropriação dos conteúdos significativos (conhecimentos, habilidades, hábitos, convicções). A avaliação, aqui, apresenta-se como um meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão. (*Idem, ibidem*, 1994, p.174).

Das cinco professoras pesquisadas, duas defenderam que esse momento de avaliação deve ser contínuo e levando em consideração as atividades propostas, duas defendem que não necessariamente seja apenas o momento, mas diversos momentos em que haja a observação diária do aluno, e uma diz que esse momento deve ser realizado com tranquilidade e concentração.

Existem cuidados para cumprir as funções da avaliação e dentre eles, destacamos três como um suporte para que essa possibilidade se concretize que são:

- articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar. Não se pode querer que o educando manifeste uma aprendizagem que não foi proposta nem realizada;
- compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido. Um instrumento de avaliação da aprendizagem não tem que ser nem mais fácil nem mais difícil do que aquilo que foi ensinado e aprendido. O instrumento de avaliação deve ser compatível, em termos de dificuldade, com o ensinado;
- por último, construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos. (LUCKESI, 2005, p. 178)

Apresentando esses cuidados que são indispensáveis para uma nova prática avaliativa acreditamos em que as reais necessidades dos alunos são consideradas como ponto de partida do processo educativo diferente da prática que vem se repetindo há séculos, de conceituar ou atribuir notas como se isso fosse o principal e mais importante objetivo das avaliações, rompendo um mecanismo em que segundo Luckesi (1994, p.23), “[...] As notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. As médias são médias entre números e não expressões de aprendizagem bem ou mal sucedidas.

Essas práticas não trazem benefício ou avanço algum ao aluno, ocorrendo apenas uma visão negativa sobre esse instrumento que se aplicado de forma correta será um guia positivo no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo não só o aluno, como também o professor, que passando a se autoavaliar terá condições de desenvolver uma prática pedagógica consciente e coerente, condizente com a realidade do público o qual é responsável pela aprendizagem.

De acordo com Aquino e Cavalcante Neto, (2009, p. 232), citando (RABELO, 2004), “a avaliação exercida apenas com a função de classificar alunos não dá ênfase ao desenvolvimento e em pouco, ou quase nada, auxilia no crescimento deles na aprendizagem”.

Vale ressaltar que, as professoras participantes deste estudo afirmaram que questionaram o tipo de avaliação tradicional, inclusive tecendo críticas a forma desnecessária com que a mesma é praticada na escola e defenderam frente ao cenário vivido a forma contínua de avaliação a partir do cotidiano em que os estudantes e professores são protagonistas do ato educativo.

Em busca de novas possibilidades de avaliação da aprendizagem, podemos repensar, que o modelo tradicional que impõe a avaliação classificatória como ápice do momento avaliativo, com a atribuição de notas, sem repensar a prática e objetivos propostos.

### 3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS RUMOS AVALIATIVOS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial elaborado no Brasil com a finalidade de regular os currículos das escolas. De caráter normativo define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica. Nele as aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e interagir, expressando-se em competências. (Editora Moderna, S/D, p.05)

No documento intitulado “Dia D Dia Nacional de discussão sobre a BNCC” são definidas as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica de forma progressiva e por áreas de conhecimento, sendo considerada referência nacional e obrigatória para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do DF e dos municípios e das propostas pedagógicas das escolas. Estima-se no documento que seus propósitos direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, MEC, 2020, p. 04).

A BNCC configura um novo modo de educação e prática educativa, apresentando novos modelos de avaliações, em que o aluno tem suas competências e habilidades analisadas, utilizando não somente a prova escrita.

De acordo com as orientações sobre avaliação no livro didático “Vamos Aprender”, a avaliação da aprendizagem deve considerar em sala de aula a participação, a apresentação oral, o trabalho em grupo, a interpretação de texto, a leitura, a escrita, o processo da comunicação, o manuseio de materiais manipuláveis, etc.

Para tanto, um modelo sugerido nos livros didáticos são as fichas de avaliação. Essas fichas vão desde a aprendizagem do aluno com relação a algum conteúdo, como também o convívio na sala de aula. Nelas são registradas observações pelo professor, mediante o acompanhamento diário da rotina do aluno em sala de aula com destaque para o cumprimento com seus deveres.

Há também a ficha de autoavaliação em que o próprio aluno refletirá sobre o que aprendeu e o que precisa ser melhorado (Cf. anexo A e B). Essa ficha é preenchida pelo aluno com o acompanhamento do professor, para que haja uma interação entre aluno e professor, possibilitando percepção e a compreensão do aluno como sujeito responsável pela sua própria aprendizagem, identificando seus avanços e limites.

Pensamos que, essas e outras formas de avaliar o aluno permitem ampliar os horizontes ultrapassando o momento único e muitas vezes sem sentido em que o aluno era posto à prova do que aprendeu. Desta forma, ele deixa de encontrar tudo pronto e sem questionamentos, sem saber para onde vai e nem de onde veio, num exercício de reprodução do que fora apresentado pelo professor nas aulas.

Vale ressaltar que, essa proposta avaliativa permite que o aluno tome consciência de que ele também é autor do seu desenvolvimento e aprendizado, levando em consideração sua participação no momento das aulas e interação nas atividades não só exercícios escritos, mas uma série de ações articuladas em um conjunto previamente planejado. A ideia é a de que o aluno aprenda não apenas para um único momento de prova, mas que o seu aprendizado seja para a vida e transforme sua vida e a realidade na qual está inserido.

Segundo o documento "Dia D Dia Nacional de Discussão sobre a BNCC", a BNCC estabelece o que os alunos devem aprender e que os professores podem nortear seu trabalho a

partir de objetivos mais claros. Há na BNCC o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, em suas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e física. Para isso, estabelece 10 competências gerais com habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem as quais apresentaremos abaixo:

- **Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural. Para entender e intervir na realidade, colaborando para uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- **Pensamento científico, crítico e criativo:** Exercitar a curiosidade intelectual, o pensamento e análise crítica, a imaginação e a criatividade. Para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, problematizar e criar soluções com conhecimentos multidisciplinares.
- **Senso estético e repertório cultural:** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais. Para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- **Comunicação:** Utilizar conhecimentos das linguagens verbal, verbo-visual, corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital. Para expressar-se e partilhar informações, ideias e sentimentos, e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- **Cultura digital:** Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética. Para acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas com protagonismo.
- **Autogestão:** Valorizar e compreender a diversidade de saberes, entender o mundo do trabalho e construir seu projeto de vida pessoal, profissional e social. Para fazer melhores escolhas com liberdade, autonomia, responsabilidade e consciência crítica.
- **Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis. Para formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, com posicionamento ético no cuidado consigo, com os outros e com o planeta.
- **Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer-te, apreciar-se, reconhecer suas emoções e as dos outros e ter autocrítica. Para cuidar de sua saúde física e emocional, lidar com suas emoções e com a pressão do grupo.
- **Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. Para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolher e valorizar a diversidade sem preconceitos, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
- **Autonomia:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. Para tomar decisões segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Cf. Material da Editora Moderna, S/D, p.22-23)

Segundo o documento essas competências gerais devem impulsionar a educação básica, para tanto o aluno no decorrer dessa fase precisa se desenvolver em cada uma das citadas competências e ao final sejam contempladas todas. Desta forma, defende-se o atingimento dos objetivos voltados para cada componente nas competências específicas por área de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza).

### **3.1. A BNCC E A PRÁTICA AVALIATIVA NO ATUAL CENÁRIO**

Enquanto professor da primeira fase do ensino básico, mais precisamente no seu último ano desta fase (5º ano), venho tentando modificar o momento avaliativo em minha sala de aula, não levando em consideração apenas os momentos de avaliação classificatória, mas buscando observar o aluno como um todo, desde a assiduidade nas aulas, participação, cumprimento das atividades de casa e contexto familiar, pois este também é um grande influenciador nesse

momento de isolamento social, já que o meio familiar e social o qual o aluno está inserido interfere no seu desenvolvimento e aprendizado.

Penso que caso haja condições precárias de vida o rendimento escolar também tende a ser precário. Não creio que esse aluno que não consegue se sair bem em uma avaliação classificatória, seja representado apenas por aquele instrumento, pois penso que o aluno é mais do que aquele momento, e por trás dos bastidores existe todo um contexto que induz no resultado obtido.

Há uma consciência por parte dos professores, de que a avaliação classificatória avalia exclusivamente o rendimento dos alunos, e que a essa prática estão submetidos professores e estudantes por obediência à hierarquia que rege o sistema de ensino, isto é, a Secretarias de Educação quando determina o instrumento de avaliação, como trabalhos de pesquisas, testes e uma prova escrita.

Diante disso, trazemos o seguinte questionamento: Construimos uma BNCC com novo direcionamento, mas ao avaliar voltamos à prática antiga, que embora não haja uma aceitação em massa por parte dos professores, estes se encontram de mãos atadas, já que pesa sobre eles como obrigação realizá-la, e dali extrair uma nota ou conceito sobre o aluno? Além do mais é sabido pelo professor que aquela nota ou conceito não representa o aprendizado/saber do aluno em questão, já que não o contempla como um todo, desde o seu contexto familiar e social, até o que ele compreende como algo que seja importante para a sua vida. Nesse caso, o rendimento do aluno não será maior quando o mesmo é protagonista do seu processo de aprendizagem, ajudando a construí-lo, buscando sentido para aquilo que estuda e no que irá influenciar em seu cotidiano, como transformará a sua vida e realidade? Quem somos nós professores que sabendo da importância de novas práticas avaliativas para a mudança social continuamos a investir na manutenção de uma prática avaliativa da qual desacreditamos e por vezes nos é contrária?

Neste sentido, a BNCC poderia ser uma alternativa para trabalharmos com nossos alunos a consciência de que ele/ela é o sujeito responsável também pelo seu aprendizado e formação. Um exemplo disso é a inserção das fichas autoavaliativas ao final de cada unidade, dando a oportunidade ao aluno de fazer um "exame de consciência" através de quadros avaliativos. Esses quadros estão nos vários componentes estudados na escola, mas para este trabalho nos deteremos no livro didático “Vamos Aprender de Língua Portuguesa”, referente ao 5º ano do ensino fundamental, explorando as unidades 1 e 3 (a primeira trata da construção de um conto e a segunda trata da escrita de uma biografia), como demonstraremos a seguir: as fichas sempre veem ao final das unidades. As questões são geralmente as mesmas, embora ocorram adequações que sejam pertinentes ao gênero estudado, tratando sempre em primeiro plano de quais embasamentos o aluno teve como suporte para a criação da sua atual produção, correções ortográficas realizadas pelo próprio aluno e uma reflexão que é pertinente ao gênero estudado, pois é nesse momento que será observada a compreensão do aluno em relação ao que foi trabalhado durante toda a unidade.

No decorrer do ensino fundamental os alunos devem desenvolver as seguintes competências específicas de Linguagens, de acordo com a BNCC (2017, p. 62):

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica e social e o seu caráter constitutivo de organização e significação da realidade.
2. Reconhecer as linguagens como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
3. Desenvolver visão crítica das linguagens, tendo por base o estudo da natureza, gênese e função delas para operar com a pluralidade das formas de expressão.
4. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas, prevendo a coerência de sua posição e a dos outros, para partilhar interesses e divulgar ideais com objetividade e fluência diante de outras ideias.

5. Reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade.
6. Respeitar e preservar as diferentes linguagens, utilizadas por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização.
7. Usufruir do patrimônio linguístico, artístico e de práticas corporais nacionais e internacionais, com suas diferentes visões de mundo, pelo acesso ao acervo e possibilidades de construção de categorias de diferenciação, apreciação e criação.
8. Interagir pelas linguagens, em situações subjetivas e objetivas, inclusive aquelas que exigem graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos de interlocutores, como as próprias do mundo do trabalho, colocando-se como protagonista no processo de produção/compreensão, para compartilhar os valores fundamentais de interesse social e os direitos e deveres dos cidadãos, com respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Aqui às competências e habilidades específicas para o quadro avaliativo das unidades escolhidas para demonstração. Na unidade 1 será contemplada a Competência geral 5 (Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética. Para acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas com protagonismo) e as habilidades específicas EF35LP07, EF35LP08, EF35LP09, EF35LP10, EF35LP11, EF35LP12, EF05LP25, EF05LP26, EF05LP42. Na unidade 3 será contemplada a Competência geral 1 (Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural. Para entender e intervir na realidade, colaborando para uma sociedade justa, democrática e inclusiva) e a Competência específica 9 (Ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade). As habilidades específicas EF35LP07, EF35LP08, EF35LP09, EF35LP10, EF35LP11, EF35LP12, EF05LP25, EF05LP26. (Cf. Anexo C)

Pensamos que o professor assume um importante papel no desenvolvimento da prática pedagógica e da aprendizagem do aluno, com esse intuito e se valendo de sua autonomia em sala de aula, ele poderá fazer a construção ou adaptação de qualquer material voltado ao ensino que leve em conta a realidade da sua turma para que sejam desenvolvidas as competências e habilidades que a BNCC nos apresenta.

A BNCC em seu documento afirma possibilidades de reflexão para aluno e o professor sobre o que está sendo ensinado e o que se aprende, como vemos nos quadros avaliativos ao final das unidades do livro didático “Vamos Aprender”, para que sejam desenvolvidas as competências e habilidades necessárias à formação do aluno em seu período de educação básica, quebrando o paradigma de que no momento da avaliação da aprendizagem, é o momento em que haverá a aprovação ou reprovação do aluno, excluindo a buscar soluções para as dificuldades do aluno diante do que lhe foi ensinado e por vezes, não aprendido. De acordo com Comis (2006, p. 14)2:

Percebe-se, assim, que, ao longo do tempo, as mudanças na forma de organizar o sistema de ensino desencadearam reflexões sobre o ato de avaliar em sala de aula. A preocupação, agora, não se limita mais à aprovação ou à reprovação do aluno, mas abrange também seu comportamento com o aprendizado.

Contudo, estamos vivendo entre dois cenários ao mesmo tempo onde o tipo de avaliação que ocorre atualmente como ação resultante de uma cultura que se perpetua há séculos se faz presente, e que aponta para um segundo cenário em que se faz necessário a construção de uma nova cultura escolar, com novas práticas escolares e condições de trabalho que resultem em uma aprendizagem em que o sujeito seja contemplado não só com o direito de aprender, mas que essa aprendizagem seja para a vida e o forme como cidadão, respeitando todos os seus aspectos, sejam emocional, social ou cognitivo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após caminhar com esse tema numa análise mais detalhada sobre o mesmo, recorrendo a professoras com experiência de no mínimo 16 e máximo de 22 anos em sala de aula, concluímos que a prática avaliativa recorrente muitas das vezes traz preocupação e não aceitação por parte das professoras, pois não atende aos reais interesses e objetivos de que trata uma avaliação.

Nesse entendimento avaliar não deve servir para classificar, excluir ou taxar alunos como quem sabe e quem não sabe, mas ter momento ou momentos em que seja verificada a aprendizagem dos alunos, numa prática pedagógica que respeite o diferente frente os objetivos propostos.

Cabe destacar que vimos claramente que a prática classificatória é mal vista pela maioria das professoras, que só o aplicam para o cumprimento da burocracia do sistema, não o vendo como instrumento válido para o aprendizado do aluno. É tanto que em suas respostas, sugeriram que essa prática fosse substituída por uma observação diária do desenvolvimento do aluno, como também propuseram a avaliação contínua por atividades.

Inicialmente observamos que, as cinco professoras respondentes do questionário, têm uma consciência do que seja avaliação, confirmando os estudos de Libâneo (1994) no tocante ao objetivo da educação. Alegaram ainda em totalidade que mesmo não tendo utilizado esse método como forma de punição ou controle de turma, essa não é uma realidade distante, pois têm conhecimento de que outros professores fazem uso da avaliação com essa função.

Vale ressaltar que, as professoras fizeram uma observação com relação ao comportamento dos alunos no momento de avaliação, destacando a presença da ansiedade, nervosismo e apreensão, defendendo que a avaliação classificatória pode não deixar marcas positivas no aluno e trazendo a necessidade de substituição do método pela avaliação contínua, como observações de desenvolvimento integral por meio vários momentos avaliativos.

Destacamos que as professoras responderam não haver uma representação do aluno pelo momento de avaliação classificatória, já que pode haver a cola e a famosa decoreba. Ou seja, o aluno não pode ser representado em diário escolar pela nota a qual tirou na prova, pois em muitos casos aquela nota provém não apenas do que ele sabe, mas do que também pode ter colado com alguém, durante o momento da avaliação.

Assim, comprovamos que embora a avaliação em sua modalidade classificatória esteja presente em nossas salas de aulas, ela não é um instrumento visto com bons olhos tanto para o aluno, que teme passar por ela, quanto para o professor que o faz para cumprir obrigações burocráticas.

Finalizamos, tendo a certeza de que as práticas avaliativas decorrentes de um sistema tradicional de ensino, não são suficientes para avaliar os alunos, principalmente nos dias atuais. Nesse cenário educacional, o qual a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), regula os currículos escolares, os professores necessitam ter um olhar cuidadoso em que poderão trazer reflexões em torno do desenvolvimento de habilidades e competências que transcorrem durante toda a educação básica. Vemos nos quadros autoavaliativos presentes ao final de cada unidade do livro didático uma possibilidade com sentido para que trate e faça a avaliação da aprendizagem.

Temos portanto, na figura do professor o principal cooperador para que a sua prática e os materiais didáticos sejam adaptados à realidade dos alunos, como também, permitir a reflexão dos mesmos diante daquilo que lhe é apresentado/ensinado, oferecendo a oportunidade de cada um construir juntamente com o professor o seu aprendizado, sendo

abertos a questionamentos e diálogos, os quais venham a contribuir com a sua formação intelectual e moral, em que futuramente seja um cidadão crítico, autônomo, consciente dos seus atos, deveres e direitos, pondo-os em prática tanto na sociedade quanto no meio profissional as competências desenvolvidas ao longo da vida estudantil.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Jane Rangel Alves Barbosa. **A Avaliação da aprendizagem como processo interativo: um desafio para o educador.** Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/ Faetec/ Sect-RJ. Democratizar. V.II. 0.1. jan./abr.2008.

Base Nacional Comum Curricular. São Paulo: Moderna, S/D.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** proposta preliminar. 3.ed.rev. Brasília: MEC, 2017. p. 62.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensino-aprendizagem. In: CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n.39, jan/abr.2008

COMIS, D. **A função social da escola e da avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Dialogia, 2006. v.5, p.135-144

DEMO, Pedro. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. AQUINO, Josefa de Lima Fernandes e CAVALCANTI NETO, Ana Lúcia Gomes. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.25.n.02.p.223-240. ago.2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 28.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 19 de novembro de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Cortez, 2005..

MARINHO, Daniela Oliveira Passos. **Vamos aprender língua portuguesa, 5º ano: ensino fundamental, anos iniciais**. 1.ed. São Paulo: Edições SM, 2017.

MÉNDEZ, J.M.A. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. BONESI, Patrícia Góis e SOUZA, Nadia Aparecida. Fatores que Dificultam a Transformação da Avaliação na Escola. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 34, maio/ago. 2006.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. NETO CAVALCANTI, Ana Lúcia Gomes e AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. **Avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?** Educação em Revista. Belo Horizonte. v.25.n.02.p.223-240. ago.2009.

SANT' ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos. DUARTE, C.E.L. **Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola**. Holos, Ano 31, Vol.8, 2015.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. A avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças. AQUINO, Josefa de Lima Fernandes e CAVALCANTI NETO, Ana Lúcia Gomes. **A avaliação**

**da aprendizagem como um ato amoroso:** o que o professor pratica? Educação em Revista. Belo Horizonte. v.25.n.02.p.223-240. ago.2009.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como ensinar. DUARTE, C.E.L. **Avaliação da aprendizagem escolar:** como os professores estão praticando a avaliação na escola. Holos, Ano 31, Vol.8, 2015.

**APÊNDICE****APÊNDICE - A FORMULÁRIO DIRECIONADO AS PROFESSORAS**

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Há quantos anos leciona: \_\_\_\_\_

**FORMULÁRIO**

1. O que você entende por avaliação?

---

---

---

2. Qual o objetivo dos professores ao aplicarem a avaliação classificatória?

---

---

3. Você já se questionou sobre esse tipo de avaliação?

---

4. A avaliação classificatória é utilizada como forma de punição e controle de turma?

---

---

5. Como os professores observam o comportamento dos alunos no momento de avaliação?

---

---

6. A avaliação classificatória deixa alguma marca positiva no aluno?

---

7. Como deve ser o momento de avaliação?

---

---

8. A classificação, resultante do momento de avaliação, representa o aluno?

---

---

## ANEXOS

### A - QUADRO AVALIATIVO DO ALUNO

**Avalie**

Chegou o momento de avaliar esta atividade e verificar se algo precisa ser melhorado nas próximas produções de texto. Para isso, utilize os questionamentos a seguir. *Respostas pessoais.*

|   | Sim | Não |
|---|-----|-----|
| Li outros exemplares do gênero biografia antes de começar a escrever? |     |     |
| Pesquisei em várias fontes sobre a pessoa que escolhi?                |     |     |
| Consegui apresentar a vida dessa pessoa de maneira clara?             |     |     |
| Ajudei na elaboração do livro de biografias da turma?                 |     |     |

FONTE: Livro Didático Vamos Aprender, MARINHO, (2017. p. 97)

### ANEXO B - QUADRO AVALIATIVO DO ALUNO

**Avalie**

Refleta sobre a produção do conto, considerando as seguintes questões. *Respostas pessoais.*

|   | Sim | Não |
|---|-----|-----|
| Li outros contos para inspirar a criação do meu?                              |     |     |
| Meu conto está relacionado à importância da amizade ou dos sonhos?            |     |     |
| Organizei o conto em parágrafos e apresentei o tempo e o espaço da narrativa? |     |     |
| Escrevi as palavras corretamente e pontuei o conto adequadamente?             |     |     |
| Revisei o conto atentamente e corrigi os eventuais problemas?                 |     |     |

FONTE: Livro Didático Vamos Aprender, MARINHO, (2017. p. 37)

### ANEXO C - HABILIDADES E COMPETÊNCIAS REQUERIDAS NAS ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO

*EF35LP07 - Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores (quem escreve/para quem escreve); a finalidade ou o propósito (escrever para quê); a circulação (onde o texto vai circular); o*

*suporte (qual é o portador do texto); a linguagem, organização, estrutura; o tema e assunto do texto.*

*EF35LP08 - Buscar, em meios impressos ou digitais, informações necessárias à produção do texto (entrevistas, leituras etc.), organizando em tópicos os dados e as fontes pesquisadas.*

*EF35LP09 - Organizar o texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos segundo as normas gráficas e de acordo com as características do gênero textual.*

*EF35LP10 - Rer e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.*

*EF35LP11 - Reescrever o texto incorporando as alterações feitas na revisão e obedecendo às convenções de disposição gráfica, inclusão de título, de autoria.*

*EF35LP12 - Utilizar softwares, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multimídias disponíveis.*

*EF05LP25 - Utilizar, ao produzir o texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: regras sintáticas de concordância nominal e verbal, convenções de escrita de diálogos (discurso direto), pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, dois-pontos, vírgulas em enumerações), regras ortográficas.*

*EF05LP26 - Utilizar, ao produzir o texto, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível adequado de informatividade.*

*EF05LP42 - Criar narrativas ficcionais que utilizem cenários e personagens realistas ou de fantasia, observando os elementos da estrutura narrativa: enredo, personagens, tempo, espaço, narrador e a construção do discurso indireto e discurso direto.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus autor da minha vida e guia dos meus passos, pela permissão de chegar até aqui em meio às dificuldades e ter condições de vivenciar este momento.

Ao Cristo consolador e a Maria Santíssima pelo auxílio prestado em todos os momentos da minha vida, sendo minha força nas horas de fraqueza.

À professora Rita, por toda paciência, incentivo, presteza, prontidão e pelos textos ofertados para que este trabalho pudesse ser concluído.

A Danilo, por todo apoio, incentivo, paciência e companheirismo.

Às minhas companheiras Anaily, Adrielly, Edna, Erica Barbosa, Fabiana, Heloísa e Jaqueline que estiveram comigo durante todo o curso e sem a compreensão e auxílio delas a jornada teria sido mais difícil.

Às companheiras professoras que se dispuseram a contribuir com o meu trabalho na forma de entrevistadas.

À diretora da escola a qual trabalho pela compreensão e auxílio quando necessitei.

À todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para que eu obtivesse essa conquista.